

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)



Formação de Professores e a Condição do Trabalho Docente 3

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)



Formação de Professores e a Condição do Trabalho Docente 3

 **Atena**
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F723	Formação de professores e a condição do trabalho docente 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Michéle Barreto Justus. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Formação de Professores e a Condição do Trabalho Docente; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-799-4 DOI 10.22533/at.ed.994192611 1. Educação. 2. Professores – Formação. 3. Prática de ensino. I. Justus, Michéle Barreto. II. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As políticas de formação de professores e suas respectivas práticas se constituem como importante foco de estudos e discussões da comunidade acadêmica.

Este e-book apresenta estudos relacionados à formação de professores, organizando-se em 4 categorias. Na primeira, denominada “Identidade profissional”, o texto aborda como se dá o processo de construção da identidade docente na Educação Infantil.

Na segunda categoria – “Formação docente: inicial e continuada”, os textos procedem às discussões sobre a formação docente em si, nos seus processos iniciais ou de continuidade/complementaridade, considerando questões relacionadas à interdisciplinaridade, à diversidade e à inclusão nos diferentes níveis de ensino.

Há também a contribuição dos autores sobre as diferentes modalidades de formação (à distância) apresentadas na terceira categoria, intitulada “Modalidades de Formação”; e por fim, na categoria quatro, o presente material apresenta textos referentes às práticas docentes desenvolvidas pelo país.

As contribuições destes textos são inúmeras, e podem despertar várias reflexões a quem se interessa pela tema formação de professores.

Michéle Barreto Justus

SUMÁRIO

IDENTIDADE PROFISSIONAL

CAPÍTULO 1 1

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Joseane da Silva Miller Rodrigues
Noemi Boer

DOI 10.22533/at.ed.9941926111

FORMAÇÃO DOCENTE: INICIAL E CONTINUADA

CAPÍTULO 2 18

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES PARA A INTERDISCIPLINARIDADE PELA INTERDISCIPLINARIDADE

Ana Paula Dameão
Nádia Cristina Guimarães Errobidart
Paulo Ricardo da Silva Rosa

DOI 10.22533/at.ed.9941926112

CAPÍTULO 3 24

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA: REFLEXÕES A PARTIR DA CONTRIBUIÇÃO DOS “DIÁLOGOS PEDAGÓGICOS GEOAMBIENTAIS”

Analice Teresinha Talgatti Silva
Icléia Albuquerque de Vargas

DOI 10.22533/at.ed.9941926113

CAPÍTULO 4 36

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATENDER A DIVERSIDADE DO ALUNADO.

Maria Jacicleide Freitas da Fonsêca Moura
Maria Ivanuza Ferreira Costa
Maria Aparecida Moura
Aélio Luiz de Souza
Maria Da Guia de Souza Martins
Juliana Cristiane Câmara
Maria das Vitorias Silva Ferreira
Ellis Rejane Barreto
Francisca Joelma Vitória Lima
Marta Jussara Bezerra da Silva

DOI 10.22533/at.ed.9941926114

CAPÍTULO 5 49

LIMITES E POSSIBILIDADES DO DOCENTE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA TRAVESSIA PARA A EDUCAÇÃO *OMNILATERAL*

Maise Rodrigues Sá Giacomeli
Anderson Martins Corrêa
João Augusto Grecco Pelloso
Willyan da Silva Caetano
Claudio Zarate Sanavria

DOI 10.22533/at.ed.9941926115

CAPÍTULO 6	59
PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA E A FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS: EXPERIÊNCIAS À LUZ DA PESQUISA-AÇÃO CRÍTICO-COLABORATIVA	
Gean Breda Queiros	
DOI 10.22533/at.ed.9941926116	
CAPÍTULO 7	73
PARTICIPANTES DO CURSO DE LIBRAS: UM CENÁRIO DE OITO ANOS	
Joicemara Severo Silveira	
Denise Francielle Dumke de Lima	
Nerli Nonato Ribeiro Mori	
DOI 10.22533/at.ed.9941926117	
MODALIDADES DE FORMAÇÃO	
CAPÍTULO 8	83
BLENDED LEARNING E A FORMAÇÃO CONTÍNUA E EM SERVIÇO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Luiz Cláudio dos Santos Cortez	
João Felipe da Silva Figueira Martins	
José Augusto Victoria Palma	
Ângela Pereira Teixeira Victoria Palma	
DOI 10.22533/at.ed.9941926118	
CAPÍTULO 9	95
DESAFIOS DA DOCÊNCIA BRASILEIRA NO ENSINO SUPERIOR NA MODALIDADE A DISTÂNCIA	
Ezequiel da Silva	
Rosane Seeger da Silva	
Cleide Monteiro Zemolin	
Leatrice Da Luz Garcia	
Blanca Martín Salvago	
DOI 10.22533/at.ed.9941926119	
PRÁTICAS DOCENTES	
CAPÍTULO 10	107
CONSTITUINDO SUBJETIVIDADES DOCENTES A PARTIR DO PRÊMIO “PROFESSOR NOTA DEZ”	
Karina de Araújo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.99419261110	
CAPÍTULO 11	118
<i>BULL YING</i> : UMA ANÁLISE NO CONTEXTO ESCOLAR E AS POSSIBILIDADES DE AÇÃO DOCENTE	
Elines Saraiva da Silva Gomes	
Elisete Gomes Natário	
DOI 10.22533/at.ed.99419261111	
CAPÍTULO 12	130
O ENSINO DE CIÊNCIAS MEDIADO POR ILHAS INTERDISCIPLINARES DE RACIONALIDADE	
Graziela Ferreira de Souza	
Nilcéia Aparecida Maciel Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.99419261112	

CAPÍTULO 13	137
ESCOLA DA TERRA EM MATO GROSSO: UMA EXPERIÊNCIA EM CLASSES MULTISSERIADAS DO CAMPO	
Dejacy de Arruda Abreu Nilza Cristina Gomes de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.99419261113	
CAPÍTULO 14	153
O JOGO DA ONÇA E A CONTEXTUALIZAÇÃO NO ENSINO DE CIÊNCIAS POR UM GRUPO DE PROFESSORES INDÍGENAS TICUNA DO ALTO SOLIMÕES	
Edilanê Mendes dos Santos Luiz Rodrigo Menezes de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.99419261114	
SOBRE A ORGANIZADORA	160
ÍNDICE REMISSIVO	161

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATENDER A DIVERSIDADE DO ALUNADO

Maria Jacicleide Freitas da Fonsêca Moura

Pedagoga, formada pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, pós graduada em Práticas Educativas do Ensino Médio pela FAL – Faculdade de Natal e em Coordenação pedagógica pela UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, cursando Mestrado em Ciências da Educação na Absoulute Christian University, Professora dos anos iniciais do ensino fundamental do Colégio Municipal Prof^a. Rita Juventina de Souza – Ruy Barbosa - RN e suporte pedagógico da Escola Estadual Rui Barbosa – Ruy Barbosa - RN.

Email: mariajacicleide@yaho.combr

Maria Ivanuza Ferreira Costa

Pedagoga, formada pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, pós-graduada em Práticas Educativas do Ensino Médio pela FAL – Faculdade de Natal e em Mídias na Educação pela UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, cursando Mestrado em Ciências da Educação na Absoulute Christian University, Professora dos anos finais do ensino fundamental do Colégio Municipal Prof^a. Rita Juventina de Souza – Ruy Barbosa - RN e suporte pedagógico da Escola Estadual Manoel Severiano – Riachuelo - RN.

Email: ivanuzacosta@gmail.com

Maria Aparecida Moura

Pedagoga, formada pela Universidade Estadual vale do Acaraú - UVA, pós graduada em Letras e Literatura pelo Instituto Superior de Educação de Cajazeiras (ISEC), cursando graduação em Letras pela UFRN – Universidade Federal do Rio

Grande do Norte, cursando Mestrado em Ciências da Educação na Absoulute Christian University, Professora dos anos finais do ensino fundamental do Colégio Municipal Prof^a. Rita Juventina de Souza – Ruy Barbosa – RN.

Email: cida2016.shalon@gmail.com

Aélio Luiz de Souza

Geógrafo, formada pela Universidade Potiguar - UnP, pós graduado em Práticas Educativas do Ensino Médio pela FAL – Faculdade de Natal, cursando Mestrado em Ciências da Educação na Absoulute Christian University, Professor dos anos finais do ensino fundamental do Colégio Municipal Prof^a. Rita Juventina de Souza – Ruy Barbosa - RN e da Escola Estadual Rui Barbosa, na modalidade de Ensino Médio – Ruy Barbosa - RN.

Email: aelioluiz@gmail.com

Maria Da Guia de Souza Martins

pedagoga, formada pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, e pós-graduada em Educação Infantil pelo Instituto Superior de Educação e Pesqueira e Educação do Campo e Saberes da Terra pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), cursando Mestrado em Ciências da Educação na Absoulute Christian University, atuando como professora.

Email: marydag2@gmail.com

Juliana Cristiane Câmara

pedagoga, formada pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA - CE e pós-graduada em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, pela Universidade Castelo Branco,

RJ, cursando Mestrado em Ciências da Educação na Absoulute Christian University, atuando como professora na Escola Municipal Centro Educacional Rio do Vento, Caiçara do Rio do Vento – RN.

Email: j.cristianecamara@gmail.com

Maria das Vitorias Silva Ferreira

pedagoga, formada pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, e pós-graduada em Psicopedagogia, cursando Mestrado em Ciências da Educação na Absoulute Christian University, atuando como professora na Escola Municipal São Sebastião, no município de Lagoa de Velhos.

Email: vitoriacarlos.10@gmail.com

Ellis Rejane Barreto

pedagoga, formada pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, e pós-graduada em Educação Ambiental, cursando Mestrado em Ciências da Educação na Absoulute Christian University, atuando como professora na Escola Municipal São Sebastião e coordenadora pedagógica na Escolinha Municipal João Paulo II, Lagoa de Velhos – RN.

Email: ellisrejane@hotmail.com

Francisca Joelma Vitória Lima

pedagoga, formada pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, e pós-graduada em Educação Infantil e Anos Iniciais, cursando Mestrado em Ciências da Educação na Absoulute Christian University, atuando como professora na Escola Estadual Prefeito João Evangelista Ribeiro e como Secretária Municipal de Educação do Município de Lagoa de Velhos – RN.

Email: Joelma_geo@hotmail.com

Marta Jussara Bezerra da Silva

graduada em Pedagogia, formada pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, e em Matemática pelo Instituto Educacional Superior Presidente Kennedy, e pós-graduada em Práticas Educativas do Ensino Médio pela Faculdade de Natal (FAL), e em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Rio Grande (UFRN), cursando Mestrado em Ciências da Educação na Absoulute Christian University, atuando como professora Escola Municipal Prof^a. Francisca Azevedo - São Paulo do Potengi – RN e na Escola Estadual Prof^o. Pedro Alexandrino – São Pedro – RN.

Email: Jussara.bezerra09@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo conhecer o processo de inclusão de estudantes com deficiência na escola regular, visando o aprimoramento da discussão no âmbito da educação inclusiva. Para respaldo teóricos tomaremos como base os estudos de: BAPTISTA e BEYER (2006), BRASIL (1988), RODRIGUES (2006) e outros. Os resultados da pesquisa documental, analisada nos questionários respondidos pelos professores do Ensino Fundamental II do Colégio Municipal Prof^a. Rita Juventina de Souza, localizado na Rua Umbelino de Moura – 148, Centro – Ruy Barbosa – RN, utilizado como coleta de dados. O texto está organizado em três partes: primeiro: abordaremos a justificativa do porquê realizar a pesquisa em pauta sendo abordada de maneira fundamentada nos teóricos mencionados a cima que pontuam a importância

da formação de professores para atender a diversidade do alunado. Em seguida, a metodologia que foi utilizada e por fim apresentamos os resultados da pesquisa em estudo, apontando alternativas e sugestões para que o processo de inclusão aconteça no âmbito educacional.

PALAVRAS-CHAVE: educação inclusiva – formação de professores – deficiência – aprimoramento.

TEACHER TRAINING TO MEET STUDENT DIVERSITY

ABSTRACT: This article aims to know the process of inclusion of students with disabilities in the regular school, aiming to improve the discussion in the field of inclusive education. For theoretical support we will base the studies of: BAPTISTA and BEYER (2006), BRAZIL (1988), RODRIGUES (2006) and others. The results of the documentary research, analyzed in the questionnaires answered by the elementary school teachers of the Municipal School Prof^a. Rita Juventina de Souza, located at Umbelino de Moura Street - 148, Centro - Ruy Barbosa - RN, used as data collection. The text is organized in three parts: first: we will address the justification of why the research in question is approached based on the theorists mentioned above that point out the importance of teacher education to meet the diversity of students. Then, the methodology that was used and finally we present the results of the research under study, pointing out alternatives and suggestions for the inclusion process to happen in the educational field.

KEYWORDS: inclusive education - teacher education - disability - improvement.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo: formação de professores para atender a diversidade do alunado, centra-se na temática em estudo e na análise dos dados construídos na pesquisa aplicada no Colégio Municipal Prof^a. Rita Juventina de Souza, situado à Rua Manoel Nascimento – 148, Centro, Ruy Barbosa-RN.

Portanto, essa pesquisa foi aplicada em forma de questionário na escola mencionada, para os docentes, gestão escolar e coordenação pedagógica da modalidade do ensino fundamental II, funcionando no turno vespertino, caracterizando como uma pesquisa documental.

Objetivando conhecer aspectos relacionados às práticas pedagógicas direcionadas aos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, como também, analisar as questões relacionadas com a formação docente na perspectiva da inclusão escolar que tratam da interação entre professores e alunos com deficiência e das concepções acerca da sua inclusão escolar, identificando possíveis fatores que facilitam ou dificultam a eficácia da interação e mediação no contexto escolar.

Como embasamento teóricos buscou-se respaldar nos estudos de: BAPTISTA e

BEYER (2006), BRASIL (1988), RODRIGUES (2006) e outros.

Com base no exposto acredita-se que os jovens com deficiência devam se relacionar com todos os outros que fazem parte da escola e do seu meio social, para assim se socializar e se desenvolver de forma cognitiva, afetiva e emocional, visando uma inclusão no atendimento pedagógico e humano que deve ser oferecido pela instituição escolar.

Para que isso aconteça é de suma importância que o professor participe de uma formação continuada. Nesse contexto, Oliveira (2005, p.246) afirma que a formação do professor deva:

Capacitá-los para conhecer melhor o que hoje se sabe a respeito das possibilidades de trabalho pedagógico de promoção do desenvolvimento de todas as crianças com necessidades educacionais especiais, bem como para auxiliar essas crianças na construção de conhecimentos cada vez mais ampliados e significativos acerca do mundo e de si mesma. (OLIVEIRA, 2005, p. 246).

Portanto, a formação continuada dos professores é o ponto de partida e o de chegada para que o processo de inclusão aconteça de forma concreta e de qualidade no âmbito educacional.

A escola precisa-se adequar aos alunos em todas as suas áreas físicas, pedagógicas e administrativa, para tanto pensar em uma criança com dificuldade de aprendizagem é pensar na mudança de paradigmas e de metodologias.

É notório observar discursos corriqueiros que deve-se matricular a criança ou o jovem com deficiência visando a socialização. Deve-se olhar por outro ângulo, que a socialização do indivíduo pode-se ser trabalhado nas igrejas, praias, espaços sociais, na escola também, mas a função principal da instituição escolar é transmitir conhecimentos e oportunizar aprendizagens heterogêneas.

Na história da construção da escola, percebe-se que desde os primórdios sempre foi repassado uma concepção excludente, privilegiando alguns “modelos” em detrimento de outros.

Com a democratização do ensino e o direito ao acesso para todos rezado na Constituição Federal de 1988 em seu art. 205 que define a educação como: “um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. No seu art. 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art.208). Antes dessa trajetória a educação especial era vista como campanhas assistencialistas e não como políticas públicas, partir daqui a educação inclusiva passa a ser lei.

Nota-se que quando esse contexto bateu nas portas da escola, aconteceu um choque de realidades, o contato com o novo e o diferente, a escola entrou em colapso diante da inclusão x exclusão. Antes era habituada a lidar com a homogeneidade

de alunos, com a democratização do ensino veio o desafio da heterogeneidade dos discentes.

Para Baptista e Beyer (2006, p.81) a inclusão escolar dos alunos com deficiência é: “um desafio porque confronta o (pretense) sistema escolar homogêneo com uma heterogeneidade inusitada, a heterogeneidade dos alunos com condições de aprendizagem muito diversas (...)”. Baptista (2006) cita o prof. Andréas Hinz, da Universidade de Halle, Alemanha Federal (2005) onde relata em suas atividades com o processo de inclusão escolar em seu país caracterizou os docentes em três formas: “os professores que se fecham sumariamente ao projeto inclusivo, aqueles que se encontra em situação de reflexão e decisão e os que já aderiram a ele”.

Nesse contexto, o desafio passou a ser, não só de matricular, mas de garantir o acesso e a permanência do aluno na escola com a garantia dos direitos de aprendizagem.

O processo de inclusão é um desafio que implica mudar a escola como um todo, no Projeto Político Pedagógico da escola, para que a mesma possa desenvolver uma postura filosófica diante dos alunos portadores de necessidades especiais.

A escola precisa valorizar as peculiaridades de cada aluno, atender a todos sem distinção, incorporar a diversidade nas práticas cotidianas do fazer pedagógico no âmbito escolar.

Segundo Rodrigues (2006, p.302) ao confrontar os objetivos ambiciosos da Educação Inclusiva e o fato de: “o termo “EI” começar a dar mostras de certa fadiga, defende que o debate inclusão/segregação tem recebido um interesse excessivo e que é, sobretudo necessário investir uma verdadeira “Educação para Todos”.

2 | METODOLOGIA

Essa pesquisa foi aplicada em forma de questionário na escola mencionada para os docentes, gestão escolar e coordenação pedagógica da modalidade do ensino fundamental II, funcionando no turno vespertino, caracterizando como uma pesquisa documental. Que segundo a concepção de Gil (1991, p.82) a pesquisa bibliográfica se assemelha a:

À pesquisa bibliográfica (...) há pesquisas elaboradas a partir de documentos, as quais, em função da natureza destes ou dos procedimentos adotados na interpretação dos dados, desenvolvem-se de maneira significativamente diversa. É o caso das pesquisas elaboradas a partir de documentos de natureza quantitativa, bem como daquelas que se valem das técnicas de análise de conteúdos.

Em seguida analisaram-se os questionários com base nas experiências de sala de aula levando em consideração o processo de formação continuada na perspectiva da inclusão escolar.

Participaram deste estudo 07 (sete) professores da rede municipal de ensino fundamental II do Colégio Municipal Prof^a. Rita Juventina de Souza, Ruy Barbosa – RN.

Essa modalidade foi selecionada devido o maior números de alunos com deficiência e com dificuldades de aprendizagem, estarem matriculados neste segmento.

Para a coleta de dados, foram realizadas visitas “in loco”, mantendo o contato com os professores na hora do planejamento semanal como também na hora do intervalo, apresentação da proposta aos mesmos e entrega dos questionários para os docentes, coordenador pedagógico e direção escolar.

O questionário é composto de 07 (sete) questões abertas, baseando-se na temática central que enfatiza a “formação de professores para atender a diversidade do alunado”, caracterizando como pesquisa documental.

Os objetivos da pesquisa documental geralmente são mais específicos. Quase sempre visam à obtenção de dados em resposta a determinado problema e não raro envolvem o teste de hipótese (...) (GIL, 1991, p.83).

Como em boa parte dos casos os documentos a serem utilizados na pesquisa não receberam nenhum tratamento analítico, torna-se necessária a análise de seus dados. Esta análise deve ser feita em observância aos objetivos e ao plano de pesquisa e pode exigir, em alguns casos, o concurso de técnicas altamente sofisticadas (GIL, 1991, p.83).

Após a apresentação e a exposição da proposta da pesquisa, foi entregue os questionários aos professores, coordenador e diretor sugerido a responder com base na vivencia da prática pedagógica da realidade de sala de aula.

Os questionários foram como tarefa de casa, devido ao tempo mínimo disponível para concretizar suas respostas, ao deslocamento de alguns da zona rural, a jornada de trabalho em dois vínculos, foram fatores que interferiram na agilidade para o preenchimento e resposta do instrumento adotado nesta pesquisa, sendo alegado pelos mesmos que precisariam de um tempo para refletir e responder de forma satisfatória as indagações expostas no questionário.

3 | DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O questionário contém 07 (sete) questões onde iremos abordar todas as perguntas e análise tecida sobre as respostas dos professores.

% Como você percebe a inclusão escolar?

Os sete professores que participaram da pesquisa responderam de forma similar destacando que percebe a inclusão escolar como “um processo que compreende e respeita as diferenças de cada envolvido, permitindo que tais especiais ocupem seu espaço na sociedade” (professor A).

Outras observações interessantes para o nosso trabalho foram às respostas do professor C e do professor E, os quais enfatizaram sobre a formação docente na perspectiva da inclusão escolar afirmando que:

Percebo que há uma grande preocupação por parte da escola em incluir o aluno, mas por outro lado falta preparação dos profissionais para atendê-los. (PROFESSOR C).

Nessa fala, cabe acrescentar que desde o ano de 2003, foi implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia de acessibilidade.

Mas é notório perceber que na prática esses objetivos não são colocados em curso com muita rapidez e o professor necessita da formação continuada para se aperfeiçoar e melhorar sua conduta pedagógica no atendimento as pessoas com deficiência.

Percebo como algo que precisa ainda muito melhorar; como por exemplo, na estrutura, nos equipamentos que são necessários para desenvolver um bom trabalho nas salas de aulas, na escola; e também profissionais mais comprometidos e engajados nessa causa, porque infelizmente encontramos barreiras, ou seja, resistências de existir professores que dizem que não sabem lher dar com a situação e também não querem se comprometer para aprender mais esse desafio. E é obvio que os governantes e as políticas brasileiras deixam a desejar, não investindo como deve. (PROFESSOR E).

Corroborando com o professor E, onde ele ressalta o pouco investimento nas políticas públicas para a inclusão escolar, o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei N° 10.172/2001 destaca que: “o grande avanço que na década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

Verificar-se nos estudos em relação aos objetivos e metas estabelecidos no PNE que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

% como a escola vem se estruturando para atuar na perspectiva inclusiva?

Dos sete professores que participaram do estudo, apenas um não respondeu essa questão. Os demais pontuaram de que a escola vem se estruturando aos poucos e fazendo suas adaptações de acordo com sua realidade dentro do contexto escolar.

Além dos professores se adaptarem a realidade/ritmo de cada aluno especial, a escola dispõe de sala de recursos multifuncional especializado, adaptações físicas, etc. (PROFESSOR A).

Promovendo discussões sobre essa perspectiva inclusiva e que se fala sobretudo das possibilidades de aprendizagem (...) (PROFESSOR B).

(...) a escola vai se estruturando de acordo c/ a realidade. Pois a estrutura realmente necessita urgentemente de uma inovação física e uma formação p/ todos os profissionais envolvidos. (PROFESSOR C).

(...) se tem a preocupação de colocar professores para trabalhar na Sala de Recurso Multifuncional que tenha o perfil e vista a camisa da Inclusão, e também a Secretaria de Educação tem o cuidado de colocar cuidadores para cada aluno que realmente precisa e a coordenação pedagógica solicita sempre aos professores das disciplinas específicas que sempre envolvam e façam suas atividades realizando a inclusão de todos nas suas respectivas aulas. (PROFESSOR E).

Com relação à estruturação das escolas na perspectiva inclusiva já é prevista sua regulamentação em leis que busca garantir esse direito às pessoas com deficiência. O Decreto nº. 5.296/04 que regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº. 10.098/00 estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tem o objetivo de promover a acessibilidade urbana e apoiar ações que garantam o acesso universal aos espaços públicos.

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento “o acesso de alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE, reafirmado pela Agenda Social, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Para a implementação do PDE é publicado o Decreto nº. 6.094/2007, que estabelece nas diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e a permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas.

% no decorrer de sua formação inicial, recebeu conhecimentos na área da educação especial/inclusão escolar? Quais?

No universo da pesquisa, três professores declararam não ter recebido nenhum conhecimento na área da educação especial ou inclusão escolar. Os quatro entrevistados afirmaram ter recebido.

Quanto às áreas, os quatro destacaram ter recebido em libras, deficiência mental, limitações físicas.

Com base na exposição acima, os dados apontaram para uma preocupação de forma intrigante, pois consta-se nos currículos dos cursos em licenciatura a disciplina de inclusão escolar prevista em lei. E outra preocupação é: se com o recebimento de conhecimentos na formação inicial dos professores os mesmos apresentam muitas dificuldades em abordar essa problemática em sala de aula e como ficam os que não receberam nenhum conhecimento na área?

Nesse contexto, Alonso (2013) acrescenta que:

A formação e a aquisição de conhecimentos sobre educação inclusiva são imprescindíveis para fundamentar a prática pedagógica dos professores. A formação continuada possibilita ao professor a atualização e a transformação de sua prática profissional. O acesso ao conhecimento e o exercício da reflexão permitem a ressignificação dos princípios e a possibilidade de mudar os paradigmas já construídos.

A autora vem complementar o nosso comentário à cima em razão da preocupação em torno de como os docentes estão atuando e reagindo com relação ao processo inclusivo no ambiente escolar. Onde a mesma destaca a importância da aquisição de conhecimentos e de formação continuada para a fundamentação da prática pedagógica dos professores em relação à inclusão escolar.

% como vem ocorrendo seu processo de formação continuada na área da inclusão escolar/educação especial?

Dos sete professores que participaram da pesquisa, apenas um está cursando uma especialização na área de neuropsicopedagogia e libras, os demais relataram participar de jornadas pedagógicas que oportuniza o estudo da temática em pauta, busca de forma individual as informações via internet, pesquisa de acordo com as necessidades surgidas no atendimento de crianças e adolescentes com deficiência, mas desconhece alguma proposta da Secretaria de Educação Municipal que priorize a formação continuada em Inclusão Escolar.

Para ilustrar essa análise, transcreveu-se integralmente os depoimentos dos professores extraídos dos questionários.

Sabe-se que devemos está aptos a tamanhas dificuldades que virão, mas no momento não tenho a formação continuada, neste contexto. Sempre busco artigo que retrate a individualidade dos diagnósticos do aluno para poder facilitar a interação e aprendizagem. (PROFESSOR A).

No processo de formação continuada na área da inclusão, estou pesquisando e estudando cada caso, suas experiências de vida, seus avanços para serem melhores trabalhados. (PROFESSOR B).

Apenas através de busca por parte de minha pessoa em somar algumas dificuldades encontradas via internet e com a prof^a. da sala AEE. (PROFESSOR C)

No momento nós da SEMEC (Secretaria Municipal de Educação) não estamos tendo nenhuma formação, porém, estamos sempre em discussão pertinentemente com a coordenadora geral de ensino, secretário de educação e gestão escolar, sobre inclusão escolar no comprometimento de melhorar e de melhor atender; salientando que o ano retrasado teve na jornada pedagógica uma capacitação. (PROFESSOR D).

Por ser uma área que me identifico, há 1 ano estou cursando uma especialização em neuropsicopedagogia e libras (PROFESSOR F).

Não há, de maneira efetiva e palpável no currículo da escola uma proposta que assegure a formação contínua sobre inclusão. Alias, se existe, ainda não conheço. (PROFESSOR G).

Fazendo a releitura dos depoimentos acima, verifica-se que a formação continuada para a Educação Especial ainda é concebida como algo de desejo individual do docente, desconsiderando a legalidade maior que os estados e municípios têm para garantir esse atendimento na forma da lei.

De acordo com a LDB, Lei nº. 9394/96 em seu capítulo V, artigo 58 §3º: “a oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil”.

Em seu Art. 59 acrescenta que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – professores com especialização adequada em nível médio e superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Diante desse comparativo podemos observar no cotidiano de nossas escolas é que nossos professores estão sem preparação acadêmica para lidar com este público, outros buscam se capacitar por conta própria sendo uma situação paradoxal entre a teoria e a prática. A lei garante essa formação dentro das políticas públicas, mas há uma disparidade no concreto das salas de aulas, podemos assim afirmar que existe um discurso incoerente com o que garante a legislação com prática vivenciada em relação à educação especial no âmbito educacional.

% quais os conhecimentos que considera importantes para atuação numa perspectiva inclusiva?

De forma geral os sete professores enfatizaram a relevância da formação continuada, o conhecimento das leis citando a LDB nº. 9.394/96 (Lei Diretrizes e Bases) da Educação, o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), e as resoluções

que reza a educação inclusiva. Destacaram também que a participação da família enriquece o processo nessa perspectiva, a adaptação e adequação do planejamento pedagógico.

Para ilustrar esse contexto, transcreveu-se a fala do professor D, afirmando que:

Além de aprender a adaptar o planejamento e os procedimentos de ensino, é preciso que os educadores olhem para as competências dos alunos, e não apenas para suas limitações. (PROFESSOR D).

É interessante pontuar que a formação continuada na Educação Especial fornece subsídios e conhecimentos para saber conduzir um trabalho voltado para as especificidades de cada aluno com deficiência ou com dificuldade de aprendizagem, portanto, é imprescindível que a formação ajudará a na capacitação de profissionais com conhecimento de causa preparado para receber e atender pedagogicamente os alunos com suas diferenças, sendo necessário para tanto que as políticas públicas priorizem o oferecimento de cursos com frequência para os educadores envolvendo essa temática.

% quais as dificuldades enfrentadas no processo de escolarização dos estudantes com deficiência?

Todos os envolvidos citaram como ponto central a falta de preparo e de formação adequada dos professores, seguida do espaço físico sem acessibilidade, a insegurança e o contato com o novo que causa impacto para lidar com os alunos com deficiência. Citaram também que ainda existe a discriminação com essas pessoas por parte da turma.

Para fundamentar essa análise se faz necessário citar os depoimentos dos envolvidos na pesquisa.

Interação e participação nas aulas sendo assim necessária propor atividades especiais (adaptada): - discriminação por parte da turma; - professores despreparados para adaptar-se ao público em foco (PROFESSOR A).

Uma das dificuldades é o receio do novo, da sensação de não está preparado para esses estudantes e não saber o que deve ser feito. (PROFESSOR B).

Falta de formação para os profissionais envolvidos, estruturação física, mas espaço (PROFESSOR C).

Falta de profissionais devidamente qualificados para receber os portadores de necessidades especiais, material didático e espaço que possa atender as necessidades específicas dos alunos (PROFESSOR F).

Insegurança. Pois se trata de algo muito específico, isto é, algo novo. O novo, todavia, pressupõe impacto. Daí a necessidade da formação específica. (PROFESSOR G).

Em concordância com Martins (2011), há dificuldade no processo de inclusão. “As maiores estão relacionadas ao despreparo do corpo docente, ao preconceito e à ignorância da sociedade como um todo e, especialmente, dos pais, tanto dos alunos sem deficiência como daqueles com deficiência”.

Para Baptista e Beyer (2006 p. 81) no processo de inclusão escolar caracterizou os posicionamentos dos professores em três formas: “os professores que se fecham sumariamente ao projeto inclusivo, aqueles que se encontram em situação de reflexão e decisão e os que já aderiram a ele”.

% Como a equipe pedagógica vem investindo na formação, no espaço da escola, a fim de subsidiar a prática pedagógica dos professores para atuação na perspectiva da educação inclusiva?

Dos sete professores, dois não opinaram sobre essa indagação. Os demais citaram em consonância que sim, em adaptação curricular, sala de recursos, acessibilidade, na prática pedagógica, acontece à flexibilização dos conteúdos planejados para toda turma, alcançando assim o aluno com deficiência e com transtornos e/ou dificuldade de aprendizagem.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a inclusão escolar bem sucedida dos alunos com deficiência é necessária uma reestruturação do sistema regular de ensino, a qual passa, necessariamente pela formação de recursos humanos, seja em nível inicial como continuado.

Os resultados deste estudo evidenciaram algumas lacunas a ser preenchidas como a formação continuada dos professores que realmente esteja voltada para o atendimento da diversidade, para proporcionar condições de ensino-aprendizagem em condições viáveis para os alunos com deficiências e com dificuldades de aprendizagem.

Contudo, é importante destacar que a formação de professores deve estar alicerçada em mudanças também no sistema de ensino e deve também contar com apoio das famílias dos alunos.

Por fim, para que ocorram mudanças efetivas no quadro educacional da escola em estudo em relação à inclusão de alunos com deficiência, nunca é demais lembrar a necessidade de combater os problemas educacionais gerais, como por exemplo, a formação continuada dos professores, o fracasso escolar, a evasão e a deterioração da qualidade do ensino público. Incluir pessoas com deficiência no atual contexto de precarização, não rompe por si só com o circuito da exclusão. Por isso, a proposta de inclusão não pode ser pensada de maneira desarticulada da luta pela melhoria e transformação da educação como um todo.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Daniela. **Sala de aula inclusiva** – trabalhando com deficiência e altas habilidades. São Paulo: Panda Books. 2013, No prelo.

BAPTISTA; Claudio Roberto. BEYER; Hugo Otto [et.al.]. **Inclusão e escolarização**: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988.

_____. **Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. (Lei nº. 9.394/96). Diário oficial de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministérios da Educação. Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

_____. Ministérios da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Decreto nº. 5.296 de 02 de dezembro de 2004.

_____. **Políticas nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Portaria ministerial nº. 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 3 ed. – São Paulo: Atlas, 1991.

JOMTIEN, Declaração de. **Conferência Mundial sobre Educação para todos**. Tailândia. 1990.

MARTINS, Lúcia de Araújo. **Fundamentos em educação inclusiva**. Módulo I. Natal: EDUFRRN, 2011.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2005. – (Coleção Docência em Formação).

RODRIGUES, David. (org). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. – São Paulo: Summus, 2006.

SALAMANCA, Declaração. **Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais**. Espanha. 1994.

SOBRE A ORGANIZADORA

Michéle Barreto Justus - Mestre em educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2015, especialista em Gestão Escolar pelo Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional (ITDE) em 2009, pedagoga graduada pela UEPG em 2002 e graduada em Psicologia pela Faculdade Sant'Anna (IESSA) em 2010. Autora do livro “Formação de Professores em Semanas Pedagógicas: A formação continuada entre duas lógicas”. Atua como pedagoga na rede estadual de ensino.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade linguística 73, 77, 81
Alfabetização científica e tecnológica 130
Aprimoramento 33, 37, 38

B

Blended learning 83, 84, 87, 91, 92, 93, 94
Bullying 118, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129

C

Cidadania 32, 39, 52, 86, 97, 130, 131, 132, 149
Classes multisseriadas 137, 138, 139, 145, 146, 147, 148, 151
Crianças 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 31, 39, 44, 53, 126, 137, 148, 149, 150, 154, 158
Curso de libras 73, 75, 76, 78, 79

D

Deficiência 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 75, 82, 126
Desafios da docência 95, 97, 100, 104
Discurso 13, 26, 45, 56, 107, 108, 111, 113, 116, 117
Docência 1, 2, 3, 4, 9, 17, 21, 28, 48, 51, 55, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 83, 88, 95, 97, 98, 100, 103, 104, 106, 110, 112

E

Educação a Distância (EaD) 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105
Educação ambiental problematizadora 24
Educação física 83, 85, 88, 90, 91, 92, 93
Educação inclusiva 37, 38, 39, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 74, 75, 82
Educação infantil 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 36, 37, 45, 48, 93, 114, 138, 148, 157
Educação integrada 50
Educação superior 43, 63, 71, 72, 95, 97, 98, 100, 105, 106
Ensino de ciências 18, 24, 31, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 153
Ensino de geografia 24, 34
Escola da terra 137, 138, 139, 146, 147, 148, 149, 151

F

Formação continuada 4, 5, 9, 11, 24, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 50, 56, 57, 77, 83, 86, 91, 93, 102, 107, 109, 116, 117, 146, 154, 160
Formação continuada docente 107
Formação docente 9, 26, 27, 35, 38, 41, 42, 50, 55, 58, 59, 62, 66, 67, 71, 72, 84, 86, 103, 134, 135, 139

I

Identidade profissional 1, 3, 6, 8, 10, 16, 87, 91, 92, 100

Ilhas Interdisciplinares de Racionalidade 130, 131, 132, 135, 136

J

Jogo da Onça 153, 154, 155, 156

L

Língua Brasileira de Sinais 73, 75, 78, 81, 82

Língua de Sinais 73, 75, 76, 77, 78, 80

Lugar 6, 7, 20, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 52, 69, 86, 91, 118, 122, 137, 141, 142, 145, 155, 157

P

Paisagem 24, 30, 32, 33

Perspectiva social 118

Planejamento 18, 21, 41, 46, 67, 75, 95, 127, 146, 154

Politecnia 50, 54, 58

Prática docente 3, 27, 32, 60, 67, 69, 100, 118, 125, 151

Práticas pedagógicas 11, 33, 38, 61, 62, 67, 89, 107, 108, 110, 111, 116, 135, 137, 138, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152

Processo de ensino/aprendizagem 73

Produção de leitura 137

Professor de física 18

Q

Queimadas 18, 21, 22, 23

R

Reflexão 1, 4, 6, 7, 8, 10, 20, 22, 25, 27, 28, 32, 40, 44, 47, 51, 57, 58, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 78, 86, 95, 101, 102, 103, 125, 130, 131, 134, 141, 149

S

Saberes indígenas 153

T

Ticuna 153, 155, 156, 157, 158, 159

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-799-4



9 788572 477994